



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

LICITAÇÃO N.º 64/2022
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 29.797/2022 (PAD)

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 05/12/2022 às 14:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 456/2022 da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por lote**, que será regido pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos n.º 10.024/19, nº 7.892/13 e nº 8.538/15, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1 - No **dia 05 (cinco) de dezembro de 2022, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Prado Velho, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, a Ata de Registro de Preços – Anexo II, o Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo III e a Minuta do Contrato - Anexo IV.**

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço unitário para a **renovação e ampliação da capacidade da solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management)**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1 – Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema Comprasnet, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério da Economia.

3.1.1 - A licitante deverá manter seus dados (e-mail e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

3.2 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

- a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.2.1 - As condições exigidas no item 3.2 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

3.3 - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.3.1 - A proibição constante do item 3.3 se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.5 - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.5.1 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.6 - A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.6.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.6.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.7 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.8 - Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

4 - ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS¹ E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, bem como dos documentos de habilitação informados neste edital, caso haja, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1 - As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF.

4.1.2 - A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.1.3 - A licitante deverá encaminhar, também, as seguintes informações cadastrais por meio do sistema, em documento eletrônico próprio (anexo), sendo vedado o seu envio no campo da descrição detalhada do objeto, sob pena de desclassificação em razão da identificação da proposta antes dos lances:

¹ A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, tendo em vista o Acórdão TCU nº 754-2015 – Plenário, que determinou instauração de processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 na licitação.

- a) Nome do representante legal que assinará o contrato ou a nota de empenho:.....
- b) Cargo que ocupa:
- c) Telefone fixo:
- d) Telefone celular:.....
- e) E-mail:
- f) Endereço completo (com CEP) para fins de faturamento:
- g) Endereço completo (com CEP) para fins de envio de correspondência:

4.1.4 - Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.

4.2 - A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 - O valor máximo unitário aceitável para cada item que compõe o lote consta na tabela abaixo:

	Item	Descrição	Quant.	Valor unitário máximo aceitável R\$
LOTE	01	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit Trade Up from Eligible Program Trade Up License + SW Subscription & Support 12 Months	62 unidades	3.553,00
	02	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit Annual SW Subscription & Support Renewal	62 unidades	1.782,60
	03	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit Annual SW Subscription & Support Renewal	62 unidades	1.902,60
	04	Serviço de implementação, migração e customização para o Item 1, 2 e 3 (TradeUP)	01 unidade	142.111,43
	05	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit License + SW Subscription & Support 12 Months	55 unidades	8.594,91
	06	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit Annual SW Subscription & Support Renewal	55 unidades	3.970,19
	07	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit Annual SW Subscription & Support Renewal	55 unidades	3.970,19
	08	Serviço de implementação e customização para o item 5 (Ampliação)	03 unidades	90.446,16
	09	IBM Cloud Pak For Security Expert on Demand	08 unidades	72.647,42
	10	Consultoria da Contratada	300 horas	476,65

4.4.1 - As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

4.5 – A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para cada item, conforme item 3.1 do Termo de Referência.

4.6 - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (fretes, impostos, taxas, etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.6.1 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.6.1.1 - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.7 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital.

4.8 - As propostas terão eficácia por 90 (noventa) dias, de acordo com o art. 6º da Lei nº 10.520/02, e a vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4.9 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

4.10 - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e de atendimento aos requisitos legais estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/06 para microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa², se for o caso (conforme item 9.3).

4.11 - As declarações citadas no item acima somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

² art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1 - O Pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1 - Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3 – Alternativamente, a critério do Pregoeiro, a Sala de Disputa poderá ser configurada para a seleção automática das propostas, hipótese em que todas as propostas participarão automaticamente da fase de lances.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

7.1.1 - Os lances serão ofertados pelos valores **UNITÁRIOS dos itens**, sendo que a desclassificação em qualquer um dos itens implicará a desclassificação da proposta para o respectivo lote.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2.1 - A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme segue:

- a) para os itens 02, 03 e 10, intervalo de R\$ 5,00 (cinco reais);
- b) para os itens 01, 05, 06 e 07, intervalo de R\$ 40,00 (quarenta reais);
- c) para os itens 04, 08 e 09, intervalo de R\$ 700,00 (setecentos reais).

7.3 - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

7.4 - Embora a classificação final seja pelo valor total do lote, a disputa será por item e os lances ofertados devem estar dentro do valor estimado constante nesse edital. A cada lance ofertado por item, o sistema atualizará

automaticamente o valor total do lote, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o menor valor total do lote

7.5 - No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.6 - Nesta fase o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.7 – Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

7.7.1 - A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.7.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.7.1, a Sessão Pública será encerrada automaticamente

7.7.4 - Encerrada a Sessão Pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.7.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.8 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

7.9 - Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

7.10 - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2 - Caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou cooperativa, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item acima, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

8.2.1 - Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 8.3 e seguintes.

8.3 - O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO DO LOTE**.

8.3.1 – Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 3.1 do Termo de Referência – Anexo I.

8.3.2 - Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

8.3.3 - Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o Pregoeiro efetuará a referida adequação.

8.4 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço do lote** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.4.1 - Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro negociará com a licitante, no sentido de se obter melhor preço.

8.5 – Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- a) não atenderem às exigências deste edital;
- b) apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores

superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

8.5.1 – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.5.2 – Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 – Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme disposto no item 3.2, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF;

9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 - Para habilitação na presente licitação, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93, sendo a comprovação desta habilitação obtida *on line* pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

9.2.1 - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

9.2.1.1 – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação³.

9.2.2 – Para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

³ Conforme IN 03/2018 SICAF.

9.2.2.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.2.3 - No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) a comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764 de 1971.

9.3 - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes as declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e declaração de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa⁴, se for o caso (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.10).

9.4 - Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

9.5 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

⁴ Art. 34 da Lei nº 11.488/2007

9.6 - Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9.7 - Os demais procedimentos da fase externa do Pregão correrão conforme o disposto na Lei nº 10.520/02, artigo 4º e seus incisos.

10 – DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO⁵

10.1 – A contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, a declaração constante no anexo **III (Termo de Sigilo e Responsabilidade)**, garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, conforme item 7.4.6 do Termo de Referência.

10.1.1 – O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da empresa e por cada funcionário que a contratada colocar no cumprimento da contratação.

10.2 - Todos os documentos comprobatórios das certificações exigidas dos profissionais deverão ser entregues aos gestores/fiscais do contrato em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, conforme item 7.4.13 do Termo de Referência – Anexo I.

11 - DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 – O Cadastro de Reserva será formado por meio do registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, para futura contratação, no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

11.1.1 – A convocação para formação do Cadastro de Reserva será feita por meio de *email*, gerado pelo próprio Sistema *Comprasnet*.

11.1.2 – Ao final do processo, o referido Cadastro de Reserva poderá ser visualizado na consulta pública de visualização da Ata, juntamente com as demais informações como “Resultado por Fornecedor”, “Declarações”, “Termo de Homologação”, etc.

11.2 - A apresentação de novas propostas na forma do item 11.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

11.3 - Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 8 e 9 deste edital.

12 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

⁵ Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.

12.1. – O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

12.2 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

12.3 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

12.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica pelo e-mail cpl@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pelo Pregoeiro.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação, o gestor da contratação convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

13.1.1 - O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

13.2 - No caso da licitante vencedora, bem como as licitantes que reduziram seus preços, nos termos do item 11, após convocadas, não comparecerem ou se recusarem a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

13.3 - A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

13.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se, ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

13.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

13.6 – Poderá ser autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos previstos no Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, bem como no Anexo II (Ata de Registro de Preços) deste edital.

14 - DA ATA COMPLEMENTAR

14.1 - Na hipótese da empresa vencedora ou aquelas que aceitaram

reduzir seus preços, após cumprido do contido no item 11.1, não assinarem a Ata de Registro de Preços será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013.

14.2 - As empresa citadas acima, inadimplentes, não estarão isentas das penalidades previstas no edital.

15 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

15.1 - A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

15.2 - Uma vez homologado/adjudicado o item à empresa vencedora, solicitado pelo gestor da Ata e devidamente autorizado pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá a emissão da NOTA DE EMPENHO.

15.3 - O TRE-PR (SCON) convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 – Conforme especificações constantes na minuta do contrato (Anexo IV).

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Durante a fase externa da licitação⁶, os licitantes estarão sujeitos à(s) penalidade(s) prevista(s) no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que dispõe que: *“quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”*

17.2 - As licitantes que praticarem as seguintes condutas, injustificadamente, estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, citada no item anterior, pelo prazo a seguir fixado:

- a) Solicitar a desclassificação de sua proposta, após a etapa de lances: 01 (um) mês;
- b) Deixar de entregar documentos exigidos na fase de aceitação da proposta: 02 (dois) meses;
- c) Deixar de entregar documentos durante a fase de habilitação: 03 (três) meses.

17.2.1 - Poderá ser aplicada a penalidade de advertência às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço.

⁶ Conforme entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 754/2015 - Plenário.

17.3 - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta do contrato (**anexo IV** deste edital).

17.4 - Pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual, a licitante vencedora estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

17.5 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia⁷ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

17.6 – A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

18 - DOS RECURSOS

18.1 - Das decisões proferidas pelo Pregoeiro, caberão recursos nos termos do artigo 44 e parágrafos do Decreto nº 10.024/2019.

18.2 - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

18.2.1 - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

18.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 109 da lei nº 8.666/93.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos do art. 47 do Decreto 10.024/2019.

⁷Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

19.2 - Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário das 12h às 18h.

19.3 - No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

19.4 - Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

19.5 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

20 - INFORMAÇÕES

20.1 - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital pela internet, *home page*: www.tre-pr.jus.br.

20.2 - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidas na Rua João Parolin nº 224.

- Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br.
- Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3330-8753 / 3330-8598 / 3072-4796 ou e-mail seled@tre-pr.jus.br.

20.2.1 - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 22 de novembro de 2022.

Julian Veloso Pugh
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Registro de preços para **renovação e ampliação da capacidade da solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*)**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência. A contratação compreende:

1.1.1 - Atualização do modelo de licenciamento da solução de SIEM, IBM QRADAR, para o modelo cloud pak, licenciado inicialmente para 400 (quatrocentos) servidores, com Eventos por segundo (EPS) e Flows de rede ilimitados e previsibilidade de aumento de licenças conforme crescimento do parque de servidores, visando atender o crescimento exponencial de tráfego, EPS e Flows de rede, da infraestrutura do TRE-PR.

1.1.2 - Serviço de Instalação e configuração.

1.1.3 - Serviços técnicos do fabricante, denominado “IBM Cloud Pak For Security Expert on Demand” no total de 8 pacotes de 40 horas cada, para prestação de serviço com escopo aberto para utilização em Revisão de Arquitetura, Health Check, Treinamento, e Suporte a novas configurações, regras e casos de uso.

1.1.4 - Horas de serviços técnicos especializados para atender a demandas de administração, operação assistida, planejamento, tuning e reconfiguração da solução contratada.

2 - DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - Em atenção às diversas normativas e resoluções recentemente estabelecidas no Poder Judiciário, em especial na Justiça Eleitoral, faz-se necessário adequar o ambiente no qual os serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação são hospedados e disponibilizados, de forma a garantir a aderência da Justiça Eleitoral do Paraná às referidas resoluções, ensejando um ambiente tecnológico robusto e capaz de prover serviços de qualidade e eficiência para a população.

2.2 - São destacados os seguintes normativos a serem atendidos:

2.3 - Resolução TSE nº 23644/2021 que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral;

2.4 - Resolução CNJ nº 396/2021 que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);

2.5 - Resolução CNJ nº 370/2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

2.6 - Resolução nº 468/2022 que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça/CNJ

2.7 - Além dos requisitos legais a serem cumpridos, observa-se diariamente o aumento significativo de ataques cibernéticos contra órgãos federais, em especial aos componentes do Judiciário, com o objetivo de interromper a prestação de serviços à população, o bom desenvolvimento das atividades do órgão e, ainda, tentam obter, sob coação, vantagens financeiras através do sequestro de dados cruciais das instituições. Sendo assim, torna-se imperioso tratar os riscos existentes e preparar medidas de proteção contra ações dessa natureza.

2.8 - A renovação e ampliação da capacidade da solução de SIEM será utilizado para o completo registro dos eventos dos sistemas de informação e ativos de rede, como acessos de usuários à internet, login em computadores, acesso aos sistemas, tentativas de login, falhas em sistemas, correlação de eventos a ameaças, monitoramento de ameaças de segurança em tempo real e elaboração de relatórios de conformidade, suprimindo esta necessidade, incompatível com o volume de EPS (Eventos por segundo) que a ferramenta com a atual licenciamento pode suportar.

2.9 - A implementação da solução é premissa para melhorias de controles de segurança da informação e suporte na elaboração de relatórios gerenciais, auditoria nos sistemas informatizados e dispositivos de comunicação e na segurança da rede.

2.10 - Atendimento ao art. 7º da IN 02/2022 do TRE-PR que determina o armazenamento de

registros (log's) por 12 meses.

2.11 - A solução também será utilizada para apoiar e fundamentar as atividades da ETIR (Equipe Técnica de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes) e da ASC (Assessoria de Segurança Cibernética).

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1 - ITENS QUE COMPÕEM O LOTE: deverão ser fornecidos os seguintes softwares e seus respectivos licenciamentos de acordo com o ambiente computacional IBM QRadar já em uso no TRE-PR, além dos serviços e descritos neste Termo de Referência:

ITEM	P/N	Descrição	QTDE	TIPO	UNIDADE	Quantidade prevista para contratação imediata
01	D0AE2ZX	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit Trade Up from Eligible Program Trade Up License + SW Subscription & Support 12 Months Código SIASG 27022	62	TRADE UP	Unidade	62
02	E0AE3ZX	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit Annual SW Subscription & Support Renewal Código SIASG 27022	62	TRADE UP	Unidade	62
03	E0AE3ZX	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit Annual SW Subscription & Support Renewal Código SIASG 27022	62	TRADE UP	Unidade	62
04	Serviço	Serviço de implementação, migração e customização para o Item 1, 2 e 3 (TradeUP) Código SIASG 27022	01	Serviço	Unidade	01
05	D0AE4ZX	IBM Security QRadar XDR Package Software 100 Resource Unit License + SW Subscription & Support 12 Months Código SIASG 27022	55	Ampliação	Unidade	35

06	E0AE3ZX	IBM Security QRadarXDR PackageSoftware 100 ResourceUnit Annual SW Subscription & SupportRenewal Código SIASG 27022	55	Ampliação	Unidade	35
07	E0AE3ZX	IBM Security QRadarXDR PackageSoftware 100 ResourceUnit Annual SW Subscription & SupportRenewal Código SIASG 27022	55	Ampliação	Unidade	35
08	-	Serviço de implementação e customização para os itens 5,6 e 7 Código SIASG 27022	03	Serviço	Unidade	01
09	D02CNZX	IBM Cloud Pak For Security Expert on Demand Código SIASG 27022	08	Serviço	Unidade	0
10	-	Consultoria da Contratada Código SIASG 27022	300	Serviço	Hora	0

3.1.1 – Da justificativa para o agrupamento de itens em lote único:

3.1.1.1 - Trata-se de solução integrada SIEM, prevendo renovação e ampliação da solução atualmente utilizada pelo TRE-PR, com agregação de serviços do modelo C4PS, como SOAR e XDR, que na sua essencialidade não pode ser individualizada, por uma questão de eficiência na gestão contratual e fiscalização, bem como na padronização quando da abertura e resolução de chamados técnicos. Desta forma, não há razão para desmembrar a solução, tendo em vista que ao se separar um PART NUMBER, corre-se o risco de um fornecedor transferir para outrem obrigação de sua responsabilidade e vice-versa, o que poderá trazer prejuízos na manutenção e suporte da ferramenta adquirida.

3.1.1.1.2 - Mantendo a solução em lote, com um único fornecedor, o risco à segurança da informação, por compartilhamento de acesso a terceiros para suporte e instalação a ambientes de ferramentas críticas como cofre de senhas, será reduzido.

3.1.2 - Este Tribunal se reserva ao direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou não adquirir qualquer quantidade.

3.2 – Das especificações:

3.2.1 - **Itens 1, 2 e 3:** deverão ser fornecidos de acordo com a descrição de cada item ou possuir características técnicas superiores, obedecendo o respectivo quantitativo estabelecido nos itens;

3.2.2 - **Item 4:** serviço de Instalação, implantação, migração e customização para os Itens 1,2 e 3 (TradeUP), deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

3.2.3 - **Itens 5, 6 e 7:** referentes a ampliação da capacidade atual da solução, deverão ser fornecidos de acordo com a descrição de cada item ou possuir características técnicas superiores, obedecendo o respectivo quantitativo estabelecido nos itens;

3.2.4 - **Item 8:** serviço de implementação e customização para os itens 5, 6 e 7 deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

3.2.5 – **Item 9:** Part Number D02CNZX, referente ao serviço “IBM Cloud Pak For Security Expert on Demand” onde cada PN fornece 40 (quarenta) horas de serviços, com escopo aberto para construção de um *roadmap* de atividades junto com ao fabricante, podendo ser utilizado para atividades como Revisão de Arquitetura, Health Check, Treinamento, e Suporte a novas configurações, regras e casos de uso a serem executados de forma remota, e demais atividades, conforme solicitação do CONTRATANTE.

3.2.5.1 - A solução referente ao item 9 será solicitada em blocos de 4 (quatro) unidades, correspondendo a 160 (cento e sessenta) horas de serviço a ser executada em um prazo de 90 (noventa) dias.

3.2.5.2 - A CONTRATANTE deverá solicitar a consultoria com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência ao Fabricante, que deverá, em comum acordo com a CONTRATANTE, determinar o escopo da consultoria, avaliação de risco, prazo e agendamento para início das atividades solicitadas.

3.2.5.3 - Os serviços serão executados de forma remota, com o devido acompanhamento dos servidores do TRE-PR.

3.2.5.4 – Cada pacote de 160 (cento e sessenta) horas será consumido em até 90 (noventa) dias após a assinatura de contrato e serão consumidas em uma única contratação.

3.2.5.5 - O horário de execução das atividades deverá respeitar, a princípio, o expediente do TRE-PR, 13h às 19h.

3.2.6 - **Item 10** - A empresa contratada deverá prover até 300 (trezentas) horas de serviços especializados, para utilização em suporte a quaisquer demandas de administração, operação assistida, planejamento, *tuning* e reconfiguração da solução contratada, conforme solicitação prévia e acordo referente ao número de homens/hora a ser definido antecipadamente com o CONTRATANTE.

3.2.6.1 - Os serviços poderão ser executados de forma remota, com a devida anuência e acompanhamento dos servidores do TRE-PR.

3.2.6.2 - Horas para suporte de segundo nível na solução ofertada, abrangendo o apoio e execução dos procedimentos de administração, tais como atualização e ajustes, análise, revisões, tuning da solução, configurações das funções avançadas e novas funcionalidades quando aplicáveis.

3.2.6.3 - As horas de consultoria do CONTRATANTE serão contabilizadas em termos de homem/horas.

3.2.6.4 - As horas poderão ser utilizadas durante o período do contrato.

3.2.6.5 - As horas serão consumidas sob demanda, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, em pacotes de, no mínimo, 04 (quatro) horas.

3.2.6.7 - A CONTRATANTE deverá solicitar a consultoria com, pelo menos, 05 (cinco) dias de antecedência à CONTRATADA, que deverá, em comum acordo com a CONTRATANTE, determinar o escopo da consultoria, avaliação de risco, prazo e agendamento para início das atividades solicitadas.

3.2.6.8 - O horário de execução das atividades deverá respeitar, a princípio, o expediente do TRE-PR, 13h às 19h.

3.2.6.9 - Nas atividades executadas em horário comercial, ou seja, das 08h às 18h, cada HORA será contabilizada como 1 hora/homem.

3.3 - As demais licenças e quantitativos registrados serão adquiridos em caso de necessidade futura de ampliação e para atender demandas do TRE-PR.

4 - DOS REQUISITOS TÉCNICOS

4.1 Requisitos técnicos que a solução deve apresentar:

4.1.1 Permitir sua instalação em ambiente virtual (todos os componentes da solução devem permitir), dos servidores físicos de propósito genérico ou em *appliance* virtual especializado.

4.1.2 Permitir o controle de acesso dos usuários à solução por meio de autenticação em serviço de diretório como Microsoft *Active Directory* e LDAP.

4.1.3 Estar licenciada de forma a manter o processamento em tempo real ou realizar o buffer dos eventos, mesmo que o tráfego de eventos atinja rajadas de três vezes o volume licenciado nas horas de pico.

4.1.4 A comunicação entre os componentes da solução deve ser feita através de criptografia, garantindo a autenticidade, confidencialidade e integridade dos dados, utilizando o protocolo TCP/IP.

4.1.5 Juntamente com a licença de atualização dos componentes da solução pelo período do contrato de suporte, a contratada deverá prover acesso à biblioteca de casos de uso do fabricante, que contenha conteúdo para download que inclua pacotes especializados de *dashboards* e coletores desenvolvidos pelo fabricante.

4.1.6 Implementar os protocolos IPv4 e IPv6.

4.1.7 Implementar compressão dos eventos em cada fase do seu ciclo de vida: transmissão, armazenamento online e *offline* dos eventos.

4.1.8 O coletor da solução deverá ser capaz de coletar, aplicar *parsing*, normalizar e categorizar os eventos dos dispositivos monitorados em tempo próximo ao real (*near-real-time*).

4.1.9 Rotular eventos por zonas diferentes mesmo que estejam em redes com mesma faixa endereçamento IP.

4.1.10 Será considerada neste Termo de Referência, a seguinte definição para conector: software desenvolvido e suportado pelo fabricante da solução que tem como função básica fazer a interface com o dispositivo monitorado, recebendo ou buscando eventos relevantes que serão inseridos na solução, contendo obrigatoriamente documentação de todos coletores nativos com informações detalhadas de configurações de cada ativo suportado.

4.1.11 A coleta de eventos de dispositivos (ativos geradores de eventos) não suportados nativamente pode ser feita através de conectores customizados. Estes conectores customizados devem utilizar padrões de mercado como CSV, arquivo texto, XML, SYSLOG, ODBC, JDBC, entre outros.

4.1.12 Ajustar o horário dos eventos, com base em limites de diferença de hora entre os eventos originais e a hora correta obtida pelo sistema através de sincronização de NTP (*Network Time Protocol*) com os servidores locais.

4.1.13 Ofuscar os campos sensíveis dos eventos (como senhas, identidade funcional, números de cartões de crédito e outros similares).

4.1.14 Coletar, no mínimo, os logs dos sistemas e ativos listados abaixo:

- a) Firewalls: Cisco ASA 5585x SSP10 com Firepower, Checkpoint 4600 e 5600, Fortinet 100F e 40F, VMWare NSX, PfSense;
- b) Roteadores: Cisco Nexus, Cisco RV320, Huawei/H3C MSR;
- c) Switches: Cisco, Huawei, Enterasys, Extreme e alcatel;
- d) Plataformas de Virtualização: VMware ESX, Hyper-V, Acropolis/KVM e Oracle VM;
- e) Sistemas Operacionais: Linux (Debian, RedHat, Ubuntu, CentOS, Oracle Linux), Windows Server (2008, 2012, 2016, 2019, 2022) e FreeBSD;
- f) Antivírus: TrendMicro, Clamav;
- g) Servidores de Aplicação e Web: Apache2, Squid, Nginx, HAProxy, Apache Tomcat, Jboss e Microsoft IIS 7 (ou superior);
- h) VPN: OpenVPN, CiscoVPN; VPN Checkpoint, VPN Fortinet.

4.1.15 Para coleta de logs deve suportar, no mínimo, os seguintes métodos:

- a) Syslog (UDP, TCP e TLS);
- b) CIFS;
- c) FTP;

- d) MySQL;
- e) Oracle;
- f) API;
- g) JSON;

4.1.16 Suportar a coleta de dados de no mínimo 400 (quatrocentos) servidores, físicos ou virtuais, além dos ativos de rede listados acima, como firewalls, roteadores e switches, NAC's, access points listados nesta especificação técnica além de demais equipamentos geradores de log's.

4.1.17 Suportar o modo de criptografia em todos os conectores.

4.1.18 Controlar a utilização da banda utilizada diretamente do conector sem a necessidade de usar recursos do sistema operacional.

4.1.19 Marcar (através de *tag*, *label* ou similar) os eventos com base em unidade organizacional: departamento, setor, secretaria ou similar. Essa marcação pode ser feita por atributos da própria mensagem, da origem do log, ou do endereço de origem do evento.

4.1.20 Normalizar e categorizar os eventos em um padrão único.

4.1.21 Armazenar os dados localmente (*cache*) em caso de indisponibilidade da comunicação com os destinos dos eventos.

4.1.22 Enviar os em cache imediatamente após a disponibilização do destino do evento.

4.1.23 Enviar o evento bruto (*raw*) para o armazenamento e consulta futura.

4.1.24 Guardar eventos normalizados/tratados e brutos em forma comprimida.

4.1.25 Inserir nos eventos normalizados metadados sobre georreferência dos mesmos.

4.1.26 Tanto os eventos de segurança quanto os de conformidade devem ser normalizados para um único padrão de eventos utilizado pela solução.

4.1.27 Permitir múltiplos perfis de configuração.

4.1.28 Enviar os eventos coletados para o correlacionador e permitir enviar para mais de um destino ao mesmo tempo.

4.1.29 Implementar a coleta, processamento e correlação de informações de fluxo de rede *Netflow* v9/ *SFlow*.

4.1.30 Realizar no conector a agregação de eventos semelhantes que ocorram dentro de um limite de tempo e quantidade de eventos específicos, devendo permitir agregar os eventos cuja única diferença seja o horário de ocorrência.

4.1.31 Possuir funcionalidade de atualização, gerenciamento e configuração centralizada de todos os conectores distribuídos da solução.

4.1.32 Permitir a categorização manual de eventos (já normalizados) que não se encaixem em nenhuma categoria existente, cuja nova categoria poderá ser aplicada nos eventos futuros de mesma característica.

4.1.33 Buscar um conector com capacidade de processamento disponível, ao receber um evento, de forma a garantir que não haverá perda de eventos por sobrecarga de conectores.

4.1.34 Armazenar no mínimo os seguintes dados: eventos, alertas, e toda informação pertinente à solução, tais como configuração, usuários, trilhas de auditoria e informações de depuração.

4.1.35 Armazenar logs por tempo determinado e personalizado, conforme necessidade do órgão.

4.1.36 Definir políticas diferentes de retenção dos dados on-line por tecnologia, conectores, dispositivos e *compliance*, ou seja, poderão ser definidos tempos de retenção diferentes para cada tipo de dados mantidos no banco de dados da solução, disponíveis para consulta imediata.

4.1.37 De forma a permitir seu uso em auditorias e processos forenses, não deverá ser possível, sob nenhuma hipótese, a seleção, alteração e exclusão de eventos individuais.

4.1.38 Deve ser possível apenas o expurgo de eventos conforme a política de retenção, ou seja, todos os eventos mais antigos que extrapolam o tempo de retenção ou o tamanho do armazenamento definido para esse tipo de registros.

4.1.39 Permitir o expurgo dos dados de forma automática de acordo com a personalização do prazo de retenção que precede o expurgo.

4.1.40 Permitir a utilização de volumes de armazenamento locais e externos. Deverá permitir a segregação de tipos de eventos diferentes em grupos lógicos de armazenamento diferentes, com políticas de retenção diferentes, de forma a permitir a otimização de performance.

- 4.1.41 Permitir exportar eventos para formato pdf e csv.
- 4.1.42 Deverá permitir que o usuário defina quais campos do evento serão exportados.
- 4.1.43 Deverá implementar funcionalidade de ajuda (*helper*) para facilitar a criação de queries.
- 4.1.44 Deverá implementar assistente gráfico para criação de queries.
- 4.1.45 Deverá implementar indexação baseada em campo e palavras-chave para acelerar buscas.
- 4.1.46 Deverá implementar alertas por *syslog*, SNMP e e-mail.
- 4.1.47 Deverá permitir visualização em tempo real de eventos que atendam ao critério de seleção definido pelo usuário.
- 4.1.48 Possuir relatórios pré-configurados (*templates*) separados em categorias.
- 4.1.49 Deverá suportar pelo menos 03 dos seguintes formatos de relatórios: html, pdf, csv, doc, xls, e xml.
- 4.1.50 Permitir o agendamento de geração de relatórios e o envio dos mesmos por e-mail.
- 4.1.51 Possuir ferramenta ou interface gráfica para desenho de modelos de relatórios ou *dashboards* personalizados.
- 4.1.52 Apresentar painéis de controles gráficos (*dashboards*) que mostram o status do ambiente, dos logs de eventos, além de apresentar resultados de consultas tempestivas, quando se fizerem necessárias.
- 4.1.53 Deverá implementar tecnologia de pesquisa distribuída nos múltiplos elementos (componentes) da solução.
- 4.1.54 Apresentar relatórios de eventos, alertas e incidentes em nível técnico (analítico, *drill down*) e gerencial (sintético / *dashboards*).
- 4.1.55 Permitir pesquisa nos eventos, e a partir de um dado evento ou conjunto de eventos, mostrar de forma gráfica seus relacionamentos e permitir o *drill-down* (detalhamento) até o nível dos dados brutos (*raw*), para efetiva investigação de incidentes, identificação de causa raiz e análise forense.
- 4.1.56 Possuir conformidade com a norma ISO 27001.

4.1.57 Utilizar algoritmos para verificação de integridade e autenticidade dos eventos armazenados para fins de auditoria devidamente reconhecidos como seguros.

4.1.58 Armazenar os eventos e os alertas, inclusive os normalizados, de forma indexada.

4.1.59 Deverá permitir que os campos de logs de dispositivos diferentes estejam presentes no mesmo resultado, bem como deverá ser possível a seleção dos campos que estarão presentes no resultado.

4.1.60 Deverá permitir acrescentar campos de uma fonte em outra fonte.

4.1.61 Deverá ser fornecido com solução de gerenciamento central com as seguintes características mínimas:

- a) Deverá implementar, de forma centralizada, a configuração de políticas e a monitoração de todos os conectores e da solução de centralização de eventos;
- b) Deverá permitir a implementação de atualização e distribuição de novas políticas de segurança pelos elementos/componentes gerenciados;
- c) Deverá possuir regras de monitoração pré-configuradas, as quais podem ser editadas ou apagadas;
- d) Deverá interagir diretamente com a biblioteca de casos de uso do fabricante da solução para download e atualizações de conteúdo;
- e) Deverá possuir interface WEB acessível por HTTPS e CLI por SSH, com suporte ao padrão UTF-8;

4.1.62 Deverá possuir tela de monitoração com as seguintes características:

- a) Tabela com percentuais e gráfico de pizza do status dos elementos/componentes monitorados agregados por tipo, mostrando o número de elementos em cada estado, bem como o número total de nós;
- b) Listagem de todos os elementos/componentes que estão reportando problemas;
- c) Permitir a visualização do sumário de monitoração por tipo de produto;

4.1.63 Deverá possuir tela de gerenciamento de configuração para gerenciar e criar configurações, sincronizar a configuração entre componentes/elementos e automatizar a configuração inicial dos mesmos.

4.1.64 Deverá permitir o *backup* e a restauração da configuração da solução de gerenciamento, assim como a configuração de usuários e grupo de usuários.

4.1.65 Deverá ser possível visualizar o consumo de licenças da solução.

4.1.66 Deverá permitir a visualização das taxas em eventos por segundo (EPS), *flows* por minuto (FPM) ou volume de dados diário (conforme a métrica adotada pela solução) de entrada e de saída de cada conector.

4.1.67 Deverá permitir a visualização dos dispositivos gerenciados por localização, host e tipo.

4.1.68 Permitir adição, visualização, edição e exclusão da localização de dispositivos.

4.1.69 Permitir a adição de atributos de um dispositivo, a importação de dispositivos a partir de um arquivo CSV, visualização e remoção de dispositivos, visualização de todos os dispositivos de uma localidade e varredura (*scan*) de dispositivos para detecção de novos conectores.

4.1.70 Deverá permitir a apresentação de árvore hierárquica de dispositivos.

4.1.71 Deverá apresentar para cada dispositivo: nome ou endereço IP, versão do agente (se aplicável), status de problemas encontrados no dispositivo, modelo, tipo e versão.

4.1.72 Implementar as seguintes ações nos elementos/componentes de centralização de logs: *reboot*, *shutdown*, *upgrade* remoto, editar ou remover a configuração, configurar um ou múltiplos elementos/componentes.

4.1.73 Fornecer com os seguintes modelos para o desenvolvimento de conectores customizados: arquivo, banco de dados por ID, múltiplos bancos de dados, expressão regular para arquivo, expressão regular para pasta de arquivos, SNMP, banco de dados por tempo e arquivo xml.

4.1.74 Deverá permitir o gerenciamento dos eventos arquivados.

4.1.75 Deverá permitir o gerenciamento de *peers* de centralizadores de logs.

4.1.76 Deverá permitir que a configuração dos elementos/componentes seja criada diretamente na solução de gerenciamento, importada de um elemento ativo e enviada a múltiplos elementos gerenciados.

4.1.77 Deverá permitir a comparação de duas configurações e a checagem de configurações ativas com a configuração definida como base para aquele elemento/componente.

4.1.78 Deverá possuir o conceito de subscrição de configurações, em que elementos subscritos recebem em conjunto as configurações atualizadas ou novas diretamente da solução de gerenciamento.

4.1.79 Deverá permitir a configuração de usuários e grupos de usuários, seus dispositivos associados e os respectivos privilégios (administrador, relatórios, pesquisas, operação, gerenciamento).

4.1.80 Deverá implementar *dashboards* com funcionalidade de *drill down* para visualização do status dos dispositivos monitorados, incluindo informações de uso de CPU, fluxo de eventos, e estatísticas de utilização de disco, consumo do licenciamento.

4.1.81 Deverá implementar visão de topologia que apresenta graficamente a relação entre os dispositivos de origem dos eventos, os conectores e os destinos, com a visualização do status, tipo de dispositivo, número de dispositivos de cada tipo, dispositivos ativos e inativos, tráfego em EPS/volume de dados.

4.1.82 O correlacionador deve ser capaz de receber eventos dos agentes, coletores.

4.1.83 O correlacionador deve efetuar a análise dos eventos em *near real-time* (tempo próximo ao real).

4.1.84 Permitir ao administrador a criação de novas regras e a edição das existentes.

4.1.85 O correlacionador deve identificar anomalias baseadas em eventos e análise de dados históricos conforme período a ser definido.

4.1.86 O correlacionador deve possuir a capacidade de detectar automaticamente padrões de ataques especializados que acontecem ao longo do tempo e que não foram previstos ou observados anteriormente.

4.1.87 O correlacionador deve permitir a correlação de eventos e alertas com dados existentes em listas (*watchlist*). Deve permitir também a criação de novas listas e a personalização das existentes.

4.1.88 O correlacionador deve permitir a execução das regras agendadas contra eventos passados para análise histórica de atividades suspeitas, que executam em frequência e horário específico.

4.1.89 O correlacionador deve ter a capacidade de fazer a correlação entre eventos oriundos de:

- a) Diferentes ativos do mesmo tipo (por exemplo, Firewall A e Firewall B);
- b) Ativos de diferentes tipos (por exemplo, Firewall A e IPS B e Proxy C);
- c) Ativos e Banco de Dados (por exemplo, catraca e consultas (queries) a banco de dados);

4.1.90 O correlacionador deve ser capaz de inserir os alertas gerados no próprio fluxo de correlação ou no fluxo de eventos. Deve permitir a correlação de tais alertas/eventos, derivados de alertas, com novos eventos e/ou regras, no intuito de detectar padrões mais complexos de ameaças ou violações de conformidade.

4.1.91 O correlacionador deve priorizar os eventos e alertas com base, pelo menos, nos seguintes critérios:

- a) Severidade do evento;
- b) Criticidade do ativo;
- c) Existência de vulnerabilidade no ativo;
- d) Possuir funcionalidade de geração de incidentes em módulos de tratamento interno.
- e) Possuir funcionalidade de definição de prioridade para os eventos, alertas e incidentes.

4.1.92 Como resultado da aplicação de regras, o correlacionador deve ser capaz de executar ações automáticas como: enviar e-mail, enviar mensagem para o usuário conectado ao console, executar comandos e abrir caso na ferramenta de incidentes interna.

4.1.93 O correlacionador deve armazenar os eventos, alertas e incidentes na base de dados da solução.

4.1.94 A solução deve possuir um mecanismo de correlação avançada para processar e comparar informações de logs de diferentes fontes e fluxos de rede.

4.1.95 Incluir regras pré-programadas (*out-of-the-box*) tanto para normalização de logs quanto para correlação de eventos, bem como permitir que se escrevam / definam regras próprias / personalizadas.

4.1.96 Fornecer a funcionalidade de geração de alertas (sonoros e/ou visuais) para incidentes de alta criticidade detectados na correlação de eventos.

4.1.97 Notificar e associar comportamentos anômalos baseados em múltiplos eventos que ocorrerem em um determinado período de tempo.

4.1.98 A correlação de eventos deve possuir uma linha de base (*baseline*) comportamental da rede, definido por suas regras de correlações, fornecendo alertas sempre que ocorrer algum evento fora do comportamento normal.

4.1.99 Possuir a capacidade de prover contextualização de dados de alertas de fontes diversas (ativos de rede e/ou segurança, servidores, aplicações, etc.) em um único console, otimizando com isso a capacidade e prazos de análise no processo de resposta a incidentes de segurança.

4.1.100 Possibilitar o envio de notificações ou alertas baseados no fator de importância e criticidade do ativo/dispositivo definido pela contratada.

4.1.101 Permitir a instalação de certificado digital para prover o acesso seguro, e configurar o repositório de certificados confiáveis.

4.1.102 Manter seu próprio log de auditoria.

4.1.103 Ter a funcionalidade de visualização de eventos e alertas de segurança em tempo real;

4.1.104 Permitir testar as regras com eventos reais capturados anteriormente e mantidos na base de dados da solução, sem afetar a execução das regras em produção.

4.1.105 Permitir a inserção manual de anotações em alertas.

4.1.106 Notificar os administradores, ou usuários cadastrados, caso algum dispositivo monitorado pare de enviar eventos.

4.1.107 Permitir a visualização de eventos e alertas de segurança em tempo próximo ao real, sem necessidade de refazer consultas no banco de dados e/ou *storage* para atualização das visualizações (atualização da visualização de eventos e alertas de segurança em contexto de memória).

4.1.108 Integrar-se com a ferramenta de incidentes externos, permitindo que o SIEM abra casos na ferramenta externa diretamente e automaticamente. Deve permitir o registro de ações tomadas e planejadas.

4.1.109 Incluir módulo de SOAR (Security Orchestration Automation and Response) integrado.

4.1.110 Permitir automação de resposta a incidentes através de software de SOAR incluso.

4.1.111 Possuir captura de EPS (Eventos por segundo) e Flow de rede ilimitados para pelo menos 400 servidores físicos ou virtuais, além de ativos de rede do TRE-PR.

5 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - Da entrega do objeto:

5.1.1 - As licenças deverão ser disponibilizadas no formato de “Certificado de prova de titularidade” em até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato pela contratada e/ou entregues de forma eletrônica através do e-mail da **Assessoria de Segurança Cibernética** asc@tre-pr.jus.br ou na sede do TRE-PR, Rua: João Parolin, 224, Bairro: Prado Velho, Cidade: Curitiba-PR, CEP: 80220-902.

5.1.2 - As licenças deverão constar no rol de licenças disponíveis na conta existente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, a ser informada à contratada após a assinatura do contrato.

5.1.3 - Do local de realização dos serviços: serão realizados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, **mediante prévio agendamento junto à Assessoria de Segurança Cibernética através do e-mail** asc@tre-pr.jus.br ou de forma remota caso autorizado pelo CONTRATANTE.

5.1.4 - Os serviços serão realizados em dias úteis: segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre às 13h e 19 horas.

5.2 - DO RECEBIMENTO

5.2.1 - Do recebimento provisório: as licenças e serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de entrega, pela Assessoria de Segurança Cibernética, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2.2 - Do recebimento técnico: as licenças e serviços serão recebidos tecnicamente no prazo de até 2 dias úteis contados do recebimento provisório, por comissão técnica designada pela SECTI, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de

Referência;

5.2.3 - As licenças e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.4 - Do recebimento definitivo: as licenças e serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento técnico, pelo setor demandante, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

5.2.5 - Os bens contratados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 10 dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3 - Quadro resumo de prazos:

Item	Descrição	Prazo
5.3.1	Disponibilização de Licenças em Certificado de Prova de Titularidade	10 dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.
5.3.2	Recebimento Provisório	2 dias úteis a partir da entrega
5.3.3	Recebimento Técnico	2 dias úteis após o recebimento provisório.
5.3.4	Recebimento Definitivo	5 dias úteis após o recebimento técnico.
5.3.5	Apresentar plano de instalação e configuração	5 dias úteis após o recebimento técnico.
5.3.6	Instalar e configurar sistemas	15 dias úteis após a entrega do plano de instalação e configuração.
5.3.7	Operação Assistida	5 dias úteis após a instalação e configuração.
5.3.8	Prazo Máximo para completude das atividades a partir da disponibilização das licenças.	44 dias úteis contados da disponibilidade das licenças.

6 - INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

6.1 - Durante a etapa de instalação e configuração da solução, a CONTRATADA deverá:

6.1.1 - Apresentar plano de instalação e configuração, 5 (cinco) dias úteis após o recebimento técnico das licenças, contemplando todos os tipos de ativos em produção na rede da contratante.

6.1.2 - Instalar e configurar os sistemas operacionais, banco de dados e softwares da ferramenta necessários para o correto funcionamento da solução, de forma remota ou presencial na sede da contratante.

6.1.3 - Configurar, no mínimo, 10 fontes de dados, incluindo seus coletores, a serem escolhidos pela contratada.

6.1.4 - Atualizar os sistemas e demais softwares para a última versão disponível compatível com a solução ofertada.

6.1.5 - Criar 1 (um) relatório (com registro dos eventos mais significativos do período);

6.1.6 - Criar 1 (um) relatório de política de armazenamento;

6.1.7 - Configurar para que os eventos de segurança sejam armazenados por 180 dias on-line e 12 meses off-line (raw data);

6.1.8 - Repassar os conhecimentos básicos para incluir novas fontes de dados, configurar coletores, criar relatórios e modelos, criar filtros de pesquisa, fazer backups, criar dashboards, gerenciar usuários e utilizar os principais recursos da solução para:

- a) Homologação e testes;
- b) Entrega em produção;
- c) Operação assistida (5 dias úteis);

6.1.9 - O processo de entrega das licenças e instalação completa e operação assistida deverá ocorrer em no máximo 50 (cinquenta) dias úteis contados da assinatura do contrato.

6.2 - **Item 4** - Serviço de implementação, migração e customização para o Item 1(TradeUP)

corresponde a:

6.2.1 - Instalação e configuração da Evolução tecnológica da base QRADAR SIEM para o Cloud Pak for Security.

- a) Preparação do ambiente para implementação da solução QRadar;
- b) Etapa de Configuração do servidor deverá incluir:
- c) Validação dos Pré-requisitos;
- d) Instalação e Configuração do IBM Cloud Pak foundational services;
- e) Instalação serviços básicos do ambiente;
- f) Configuração das permissões Namespaces;
- g) Configuração das Instâncias de Registro;
- h) Configuração das Instâncias COperandRequest;
- i) Configuração das Instâncias e Formulários YAML;
- j) Validação das Instalações e Configurações;
- k) Configuração dos acessos IAM da console;

6.2.2 - Upgrade QRADAR Base, incluindo:

- a) Backup das regras e configurações, ativos fontes de logs e workflow.
- b) Levantamento das Fontes de Logs e Regras:
- c) Validação das conexões/sessões.
- d) Mapeamento de todos endereços e IPs e dispositivos
- e) Desmontagem das áreas de armazenamentos externos
- f) Executar exportação dos Dados Customizados
- g) Migrar os coletores de eventos do GlusterFS para o Distributed Replicated Block Device.
- h) Realizar upgrade Incident Forensics, Network Insights, Packet Capture.
- i) Start dos serviços e conexões
- j) Validação dos acessos e capturas.

6.2.3 - Configuração da Plataforma XDR, incluindo os itens abaixo:

- a) Levantamento das Fontes de Logs e Regras:
- b) Configuração do GitOps;
- c) Configuração do Lifecycle for CP4S;
- d) Configuração dos serviços NDR, SOAR, XDR Connect;
- e) Configuração dos Datasources;
- f) Configuração do LDAP para CP4S users

- g) Configuração do domain name para CP4S
- h) Configuração do TLS certificates para CP4S
- i) Configuração do SCALECNSA/StorageClass
- j) Configuração para integração do CP4S com o IBMQRadar Base, Proxy LogSourceIn, SOAR
- k) Definição das Regras e Referências.
- l) Configuração de até 10 tipos de eventos (antivírus, endpoint, VPN);
- m) Criação de 1 relatório (com registro dos eventos mais significativos do período);
- n) Criação de 1 política de armazenamento;
- o) Homologação e testes;

6.3 - **Item 8** - Serviço de implementação e customização para o item 5, 6 e 7 (Ampliação):

6.3.1 - Expansão Base modelo Cloud Pak for Security (EPS/Flows/SOAR) deverá incluir:

- a) Expansão para a quantidade de servidores contratada.
- b) Configuração de até 10 tipos de fonte de logs;
- c) Criação de regras correlacionamento para eventos exclusivos de TI (para os itens da expansão);
- d) Configuração de até 10 tipos de eventos (antivírus, endpoint, VPN, etc);
- e) Homologação e testes.

6.4 - DOS REQUISITOS DE INSTALAÇÃO

6.4.1 - A CONTRATANTE disponibilizará infraestrutura física para instalação e configuração da solução, devendo a instalação e configuração ser iniciada após a aprovação do desenho da arquitetura elaborado pela CONTRATADA.

6.4.2 - O início dos serviços profissionais de implementação da solução somente deverão ser realizados após comunicação direta e agendamento com a equipe técnica da CONTRATANTE, devendo iniciar em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato pela Contratada.

6.4.3 - A CONTRATADA designará um profissional responsável pelo gerenciamento do projeto de implementação da solução em conjunto com a CONTRATANTE, compreendendo as etapas de elaboração do desenho da arquitetura, instalação dos componentes e configuração do ambiente para início da operação.

6.4.4 - Deverá ser elaborado, pela Contratada, um cronograma do projeto em até 10 (dez) dias

corridos após a assinatura do contrato, em conjunto com a CONTRATANTE, com o escopo macro de todos os itens apresentados neste termo.

6.4.5 - Os serviços profissionais deverão ser executados por técnicos do fabricante da solução ou da contratada com experiência em atividades nas soluções descritas no documento, sendo da contratada a total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações atinentes à prestação de serviço, contemplando o fornecimento de todo processo de planejamento e design, arquitetura e implementação da solução proposta, fornecendo a documentação do ambiente.

6.4.6 - Os profissionais técnicos do fabricante da solução ou CONTRATADA alocados para a execução do serviço, deverão atestar sua capacidade técnica por meio de certificado oficial do fabricante, na solução QRADAR. A documentação comprobatória da certificação dos profissionais envolvidos na prestação de serviços atividades descritas no quadro 3.1 deverão ser entregues aos gestores/fiscais do contrato em até 10 (dez) dias antes do início do projeto.

6.4.7 - Todos os componentes de licenças de softwares adicionais necessários ao pleno funcionamento da solução, de acordo com as especificações técnicas deste termo de referência, bem como, tudo que for necessário à instalação física e lógica dos softwares, migração e configuração dos ambientes, devem ser fornecidos pela CONTRATADA, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

6.4.8 - A CONTRATADA, em tempo de projeto, deverá auxiliar no levantamento de todos os requisitos do projeto no que tange a infraestrutura, unidades lógicas de armazenamento, configurações necessárias e quaisquer outros requisitos relacionados ao projeto em questão.

6.4.9 - Ao final da implementação, o ambiente deverá estar totalmente funcional na solução de segurança, balanceamento de carga e monitoramento de rede e segurança mediante aceite definitivo da CONTRATANTE.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Dos requisitos de garantia

7.1.1 - A garantia deverá ser na modalidade remota e ou presencial pelo **prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses**, bem como o mesmo prazo para os serviços de suporte, contados a partir do recebimento definitivo do produto, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

7.1.2 - O serviço de suporte deverá ser prestado integralmente pelo fabricante do software.

7.1.3 - Todas e quaisquer atualizações disponibilizadas para os produtos contidos na Solução aqui pretendida estarão inclusas no serviço de garantia;

7.1.4 - A Contratada deverá manter, **durante os 36 (trinta e seis) meses de vigência da garantia**, e às suas expensas, central de atendimento para abertura de chamados técnicos em regime de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano. A central deverá ser acionada por e-mail, canal para abertura de chamados técnicos por meio de serviço web da contratada ou por telefone 0800 no idioma Português;

7.1.5 - Na abertura do chamado técnico, deverá ser fornecido um número de registro único para cada chamado;

7.1.6 - A contratada deverá, durante a vigência do contrato, prestar todas as informações solicitadas pelos gestores, esclarecendo dúvidas, inclusive, dando todo o suporte necessário no que tange a levantamentos e estudos referentes ao objeto da contratação, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**.

7.1.7 - A contratada deverá atender aos chamados para suporte em, no máximo, 8h em dias úteis ou não, sendo que a solução definitiva ou de contorno deverá ocorrer em, no máximo, 72h.

7.1.8 - Caso seja dada uma solução de contorno, a contratada deve garantir que a solução adotada atende às condições mínimas de funcionamento, e deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, aplicar solução definitiva.

7.2 – Dos Chamados Técnicos

7.2.1 - A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de solicitações via WEB que possibilite, no mínimo:

- a) Abertura, acompanhamento, listagem e fechamento das solicitações a qualquer momento, 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- b) Armazenar e gerar os relatórios das atividades executadas associadas a solicitação de consultoria;
- c) O Sistema WEB será o método preferencial para abertura de chamados, porém, não eximindo a sua obrigatoriedade, para os casos de indisponibilidade deste, a CONTRATADA também

deverá disponibilizar método alternativo para abertura de chamados, por meio de e-mail ou telefone.

- d) Após a finalização de qualquer atendimento da consultoria, o profissional da contratada deverá elaborar relatório do atendimento, claro o suficiente para que os próprios técnicos do TRE-PR possam segui-lo em caso de necessidade;

7.3 – Da Sustentabilidade

7.3.1 - Trata-se de ferramenta já em utilização - aquisição de software, com preservação das configurações já realizadas. Assim, por se tratar de solução puramente baseada em software, não há critérios de sustentabilidade a serem adotados.

7.4 – Das demais obrigações

7.4.1 - Os produtos deverão obedecer às condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor;

7.4.2 - Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português;

7.4.3 - A contratada obrigar-se-á em manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

7.4.4 - A CONTRATADA deve repassar ao CONTRATANTE todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactam no objeto do contrato a ser firmado, bem como fornece acesso a documentação comprobatória dessas vantagens.

7.4.5 - Executar, fielmente, o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade e boas práticas recomendadas pelo fabricante para implantação e configuração dos produtos objeto deste Termo de Referência e seus anexos.

7.4.6 - A CONTRATADA e seus colaboradores e/ou representantes deverão zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes a infraestrutura de hardware e software, sistemas, dados hospedados em algum dispositivo de armazenamento, usuários, topologia, configurações, políticas de segurança e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE,

durante a vigência do contrato, bem como após o seu término, conforme Termo de Sigilo e Responsabilidade (Anexo III).

7.4.7 - A CONTRATADA deverá entregar todas as documentações produzidas nas Fases de implantação da solução em formato editável (.doc, .docx ou .odt).

7.4.8 - A CONTRATADA deverá elaborar os relatórios, apresentações e atas de reunião.

7.4.9 - É responsabilidade da CONTRATADA dimensionar adequadamente o quantitativo de recursos necessários para a perfeita execução dos serviços, devendo contar com profissionais que tenham plenas condições de cumprir as atividades, de maneira não cumulativa.

7.4.10 - A CONTRATADA quando expressamente solicitado pela CONTRATANTE deverá promover a substituição de técnicos cuja operação esteja em desacordo com a melhor técnica vigente, devendo a empresa alocar substituto com grau equivalente ou superior de qualificação técnica.

7.4.11 - A CONTRATADA deverá alocar profissionais para a execução das atividades de acordo com o projeto.

7.4.12 - Os profissionais deverão ter capacidade técnica atestada através de certificados oficiais do fabricante, nas soluções do objeto deste termo de referência, conforme cada fase do projeto.

7.4.13 - Todos os documentos comprobatórios das certificações exigidas dos profissionais deverão ser entregues aos gestores/fiscais do contrato em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato pela CONTRATADA.

7.4.14 - Aplicar as melhores práticas do fabricante das soluções descritas neste documento no que tange os procedimentos de instalação, configuração e operação das soluções.

8 - DA PROTEÇÃO DE DADOS

8.1 - As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.

8.2 - A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei

Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta grave e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

8.3 - É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - A gestão e fiscalização da contratação serão realizadas por servidores formalmente designados para tal fim.

9.1.1 – Da gestão da contratação: Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá aos Gestores:

- a) Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento;
- b) Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- c) Comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, defeitos, irregularidades ou problemas encontrados durante a execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los e corrigi-los;
- d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo.

9.2 - Caberá aos fiscais do contrato:

- a) Acompanhar a execução do contrato encaminhando por escrito, ao gestor, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, inclusive pequenas falhas ou insatisfações.
- b) No que tange a garantia técnica, comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, a ocorrência de descumprimento contratual e a intenção de abertura de Processo Administrativo;
- c) Criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo ao Gestor da

Contratação, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo.

- d) Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Dúvidas poderão ser sanadas com a **Assessoria de Segurança Cibernética**, por meio do telefone (41) 3330-8767 ou pelo e-mail **asc@tre-pr.jus.br**.

ANEXO II

“MINUTA”

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2022

O Tribunal Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 10.024/19, nº 7.892/2013 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 64/2022 (PAD 29797/2022), RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
Endereço completo:
CEP:
Inscrição Estadual/Municipal:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

Conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Marca	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

* A especificação completa do item encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **renovação e ampliação da capacidade da solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management)**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital,

as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do órgão gerenciador:

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho.
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem obrigações do fornecedor:

- a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação.
- b) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- c) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d) entregar o objeto solicitado no prazo estabelecido no Termo de Referência (anexo I).
- e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- f) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- g) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento

decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.2 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere a Cláusula anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5 - Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por servidor formalmente designado para tal fim, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

4.2 – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

4.3 - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento e/ou prestação dos serviços ora contratados, sob pena de responsabilização administrativa.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os

preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

5.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

5.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

5.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

5.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a entrega dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

5.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

5.4.1 - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

5.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

5.4.3 - A(s) Contratada(s) obrigar-se-ão em realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6. DAS SANÇÕES

6.1 - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e nº 10.520/02 fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual (**Anexo IV**).

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#),

ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

7.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor.

7.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.5 - No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

8. DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2022.

(Assinatura Representante legal)

Nome:

Cargo:

Dr. Valcir Mombach

Diretor Geral do TRE/PR

ANEXO III

TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

Declaro que tomei conhecimento das regras estabelecidas na Res. TSE 23.644/21, que instituiu a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, bem como das demais regras relativas à segurança da informação adotadas ou editadas pelo TRE/PR, publicadas na Intranet.

Comprometo-me a seguir as normas vigentes, as boas práticas associadas à segurança da informação e as determinações oriundas da administração do TRE/PR, assim como a zelar pelo sigilo das informações que me forem confiadas e pela integridade dos sistemas a serem utilizados.

Comprometo-me, em especial, a guardar sigilo acerca dos dados pessoais e dos relativos ao processo eleitoral aos quais tiver acesso em razão do trabalho desenvolvido, não os utilizando para qualquer outro fim que não a consecução da atividade pública, assim como a fazer uso adequado dos recursos tecnológicos que estiverem à minha disposição, sob pena de incorrer nas sanções previstas, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (lei 13709/2018) e com a Lei de Acesso à Informação (lei 12527/2011).

Nome Completo	Assinatura
----------------------	-------------------

Cargo ou Função	Empresa (se terceirizado)
------------------------	----------------------------------

Local	Data
--------------	-------------

**Este documento deve ser armazenado por, no mínimo, um ano após
o desligamento do colaborador.**

Termo de Sigilo e Confidencialidade – CSINF- revisado em 29/07/2021

Classificação da Informação – Dados Pessoais



CONTRATO Nº
...../2022

PAD nº 29.797/ 2022

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE FORNCECIMENTO,
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E
GARANTIA que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ e a empresa**
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666 de 21.06.93 e legislações pertinentes, e em conformidade com o Pregão Eletrônico nº./20...., sob a forma **de Registro de Preços**, e a proposta de preços, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**
....., com sede em Cidade/UF, na Rua, nº., bairro
....., CEP:, telefone: (...), e-mail:,
neste ato representada por, portador do CPF/MF nº.
....., doravante denominada CONTRATADA; têm entre si justo e acertado
o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a renovação e ampliação da capacidade da solução de software IBM Security QRadar XDR para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management), visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no Termo de referência anexo a este Contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do edital de Licitação, do Termo de referência - anexo I, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, o regime de fornecimento deste objeto será realizado por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 - Deverão ser fornecidos os seguintes softwares e seus respectivos licenciamentos de acordo com o ambiente computacional IBM QRadar já em uso no TRE-PR, além dos serviços e descritos neste Termo de Referência:

(adequar o contrato cfe o(s) item(ns) solicitado)

ITEM	P/N	Descrição	QTDE	TIPO	UNIDAD

2.2 - As especificações, os Requisitos Técnicos Mínimos e demais condições estão discriminados no ANEXO I - Termo de Referência.

2.3 - Do local de realização dos serviços: serão realizados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 - Prado Velho, mediante prévio agendamento junto à Assessoria de Segurança Cibernética através do e-mail asc@tre-pr.jus.br; telefone (41) 3330-8767.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1 - A entrega e o recebimento do objeto ocorrerão conforme prazo estipulado no item 5 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência - ANEXO-I, que é parte integrante deste contrato.

4.2 - A CONTRATADA deverá manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período **de 38 (trinta e oito) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho;
Nota de Empenho:, emitida em/....../.....;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:;
Código do SIASG: 27022

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato estão previstos no Termo de Referência - Anexo I.

7.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato, o valor total de **R\$..... (.....)**, conforme a seguir especificado:

(Adequar conforme o item contratado)

ITEM	P/N	Descrição	QTDE	TIPO	UNIDADE	Preço Unitário	Preço Total

8.1.1 - O pagamento será por etapas:

- I - após o recebimento definitivo das licenças, comprovadas através de “Certificado de prova de titularidade”.
- II - referente aos serviços de implementação (Item 4 e 8), serão pagos após a conclusão da instalação e configuração.
- III - O item 9 será pago após a conclusão da prestação dos serviços.
- IV - O Item 10, referente as horas técnicas, serão pagas conforme a execução.

8.1.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais aplicáveis ao objeto da contratação.

8.2 - Do documento fiscal:

8.2.1 - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR, na Assessoria de Segurança Cibernética, por meio do telefone (41) 3330-8767 ou pelo e-mail asc@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

8.2.1.1 - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

8.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

8.3 - Das condições do pagamento:

8.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

8.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.3.2.1 - Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

8.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.3.2.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

8.3.2.2.1 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

8.3.3 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.2.1.2.

8.3.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

8.3.5 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

8.3.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$:

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.4 - Da regularidade fiscal:

8.4.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.4.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.4.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

8.4.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.4.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão

realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de fornecimento, garantia e suporte.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/2002:

a) Advertência: para faltas leves, não puníveis com multa;

b) Multas:

b.1) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento parcial;

b.2) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.

b.3) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total, bem como pela cessação da execução contratual.

b.4) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato pelo não cumprimento de obrigações acessórias previstas;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2 - A contratada, ao descumprir os prazos previstos para realizar a entrega do objeto, a realização da instalação e configuração, suporte e garantia e conclusão dos itens de prestação de serviço (itens 9 e 10), estará sujeita às seguintes sanções:

Ação	Descrição	Medidas Corretivas
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega das licenças, conforme	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência

item 5.1 do termo de referência	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos serviços de instalação e configuração (Itens 4 e 8), conforme 6.1.1 do termo de referência	05 (cinco) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 05 (cinco) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir os prazos previstos, para atendimento de suporte e garantia conforme item 7.1.6	05 (cinco) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 05 (cinco) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo para conclusão dos itens de serviço (itens 9 e 10).	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,1% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato

10.3 - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar, previstas nas alíneas “a” e “c” do item 10.1, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

10.4 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

10.5 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda (atual ministério da Economia)¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

¹ Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos de 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Poderá também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2022

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
P/ CONTRATANTE

*Incluir os anexos

² Excepcionalmente será aceito outro formato.